

MENSAGEM Nº

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **CARLOS EDUARDO DE RIBAS GUEDES**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Mali.

Os méritos do Senhor **CARLOS EDUARDO DE RIBAS GUEDES** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, de de 2020.

EM nº 00081/2020 MRE

Brasília, 5 de Junho de 2020

Senhor Presidente da República,

De acordo com os artigos 84, caput, inciso XXV, e 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **CARLOS EDUARDO DE RIBAS GUEDES**, ministro de segunda classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República do Mali.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **CARLOS EDUARDO DE RIBAS GUEDES** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

OFÍCIO Nº 345 /2020/SG/PR

Brasília, 22 de JUNHO de 2020.

A sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor CARLOS EDUARDO DE RIBAS GUEDES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Mali.

Atenciosamente,


JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL CARLOS EDUARDO DE RIBAS GUEDES

CPF.: 495.570.257-00

ID.: 8850 MRE

1954 Filho de Max Justo Guedes e Lais Ribas Guedes, nasce em 29 de abril, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1976 Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica/RJ

1985 Terceiro-Secretário em 16 dezembro

1990 Segundo-Secretário em 28 de junho

1998 Primeiro-Secretário, por merecimento, em 23 de junho

2005 Conselheiro, por merecimento, em 30 de dezembro

2009 Ministro de Segunda Classe em 28 de dezembro

Funções:

1986-90 Divisão de Comunicações, assistente

1990-92 Embaixada em Lisboa, Terceiro e Segundo-Secretário

1992-96 Delegação Permanente junto à ALADI, Montevideu, Segundo-Secretário

1996-2006 Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças, assistente e assessor

1997 Embaixada em Trípoli, Segundo-Secretário em missão transitória

1998 Embaixada em Port-of-Spain, Primeiro-Secretário em missão transitória

2000 Consulado-Geral em Lisboa, Cônsul-Adjunto em missão transitória

2002 Consulado em Caiena, Cônsul-Adjunto em missão transitória

2002 Embaixada em Porto Príncipe, Primeiro Secretário em missão transitória

2004 Consulado-Geral em Rotterdam, Cônsul-Adjunto em missão transitória

2005 Embaixada em Manágua, Encarregado de Negócios em missão transitória

2006-08 Embaixada em Kingston, Conselheiro e Ministro-Conselheiro, comissionado Missões no exterior

2008-14 Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares, Coordenador

2014-15 Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças, Coordenador-Geral

2015 Coordenação-Geral de Licitações, Coordenador-Geral

2017 Embaixada em Roseau, Encarregado de Negócios em missão transitória

2018 Consulado do Brasil em Cobija, Cônsul

Condecorações:

2000 Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial

2019 Ordem da Estrela do Acre, Brasil, Comendador

FÁTIMA KEIKO ISHITANI

Diretora do Departamento do Serviço Exterior



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África (SOMEA)
Departamento de África (DEAF)
Divisão de África I (DAF I)

MALI



Maio de 2020

SUMÁRIO

SUMÁRIO	2
RELAÇÕES BILATERAIS	4
RELAÇÕES POLÍTICAS	4
Cooperação técnica	4
Cooperação em defesa	5
Cooperação Educacional.....	5
Serviços Aéreos	5
Atuação em organismos internacionais.....	6
RELAÇÕES ECONÔMICAS	6
Comércio.....	6
Empréstimos e financiamentos oficiais.....	6
Cooperação em Energia	6
ASSUNTOS CONSULARES	7
POLÍTICA INTERNA	8
Antecedentes históricos.....	8
Crise e eleição de Ibrahim Boubacar Keïta.....	8
Presença de forças estrangeiras no país	9
Acordo de Argel (2015)	9
Segundo governo Keïta.....	9
Eleições de 2020	10
POLÍTICA EXTERNA.....	11
ONU e MINUSMA.....	11
França e Operação Barkhane	11
União Europeia e EUTM-MALI.....	12
G5 Sahel, CEDEAO e UA	12
Estados Unidos.....	12
China	12
Rússia.....	13
Países do Golfo	13
Crimes transnacionais	13
ECONOMIA.....	14
Setores econômicos.....	14
Comércio exterior	14
Energia	14
Recursos minerais	15
Zona de Livre Comércio Continental Africana (ZLCCA).....	15

Moeda comum “eco”	15
Impactos econômicos da crise sanitária da COVID-19	15
PERFIS BIOGRÁFICOS	17
MAPA	18
DADOS BÁSICOS	19
INTERCÂMBIO COMERCIAL	19

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Mali estabeleceram relações diplomáticas em 1962. A Embaixada do Brasil em Bamako foi criada em outubro de 2007 e iniciou suas atividades em julho de 2008. A Embaixada malinesa em Brasília, por sua vez, foi aberta em 2011. Tem-se verificado uma crescente aproximação entre os dois países, tendo como ponto de partida, sobretudo, as áreas de cooperação técnica, comércio e cooperação em defesa. O Mali tem sido parceiro do Brasil em foros multilaterais, nos quais vem apoiando candidaturas e pleitos brasileiros.

Em 1981, o então presidente do Mali, Moussa Traoré, visitou o Brasil. Foram assinados, na ocasião, o Acordo para a Criação de uma Comissão Mista bilateral e o Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica, ambos em vigor. Em agosto de 2009, o Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional malinês à época, Moctar Ouane, visitou o Brasil e assinou, com sua contraparte brasileira, Acordo sobre a Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço. O Ministro das Relações Exteriores brasileiro fez visita oficial ao Mali em outubro do mesmo ano, quando foi assinado Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico. Em 2010, o então Presidente do Mali, Amadou Toumani Touré, visitou o Brasil.

RELAÇÕES POLÍTICAS

Cooperação técnica. Em outubro de 2019, o Diretor-Adjunto da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) visitou Bamako, acompanhado de comitiva técnica. Tratou de sete projetos de cooperação técnica em diferentes fases entre os dois países: Cotton-4+Togo (fase final de execução); Trabalho Decente (assinado); Merenda Escolar (nota conceitual recebida do lado malinês); Solos (assinado); Piscicultura (missão de prospecção realizada); Defesa Civil (missão de prospecção realizada); e Pecuária (assinado).

a) Cotton-4+Togo. De natureza estruturante e de âmbito regional (contempla ainda Benim, Burkina Faso, Chade e Togo), o projeto tem como meta fortalecer a produção cotonífera nos países envolvidos, por intermédio de investimentos em sementes, capacitação profissional e pesquisa em controle de pragas. As atividades se iniciaram em 2009, com os preparativos para o plantio da primeira safra. Para tanto, a Estação Experimental de Sotuba, nos arredores de Bamako, foi revitalizada e equipada com laboratórios, maquinário e materiais necessários para os cursos de capacitação, ministrados por membros da Embrapa. Em 2015, iniciou-se a execução das atividades da segunda fase, cujos objetivos principais são difundir os conhecimentos consolidados na primeira fase e contribuir para a segurança alimentar das populações beneficiadas. Dessa forma, o projeto visa não só ao aumento da qualidade e da quantidade do algodão, mas também à produção de alimentos por rotação de culturas.

b) Trabalho decente e merenda escolar. Na pauta de cooperação trilateral com organismos internacionais em favor do Mali, constam dois projetos, um na área de trabalho decente na cadeia do algodão e outro na área de alimentação escolar. O projeto “Promoção do Trabalho Decente na Cadeia do Algodão no Mali”, elaborado em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), visa a fortalecer as capacidades das instituições públicas malinesas para a promoção do trabalho decente na cadeia do algodão e é financiado com recursos dedicados à cooperação internacional do Instituto Brasileiro do Algodão (IBA). Será

executado em parceria técnica com o Ministério da Cidadania. Por sua vez, a iniciativa na área de merenda escolar encontra-se em estágios mais iniciais.

c) *Projeto solos*. O projeto sobre recuperação dos solos analisa problemas do solo e propõe possíveis alternativas para corrigir sua acidez e produtividade, com intervenções semelhantes ao que ocorreu no Brasil nos anos 1970 com o cerrado. O projeto inclui missões técnicas ao Mali e capacitação de profissionais locais. Considera não apenas a qualidade do solo para a produção, mas a qualidade de vida das comunidades que vivem da produção agrícola, suas condições de saúde, sanitárias e infraestruturais, como o acesso a água potável.

d) *Piscicultura*. O governo do Mali solicitou projeto de cooperação na área de piscicultura. Informou que a atividade piscícola no país é realizada, em grande parte, por jovens e mulheres. O projeto busca fortalecer a nutrição e a segurança alimentar da população malinesa, além da capacidade de produção comercial. Equipe da ABC e da Universidade Federal de Lavras visitou o Mali em fevereiro de 2020. Acordou-se que o lado brasileiro trabalhará em conjunto com piscicultores, setor privado, centros de formação privados e públicos, cooperativas e autoridades do governo malinês no planejamento das atividades.

e) *Defesa civil*. Em dezembro de 2019, a Coordenadoria de Defesa Civil do Estado de Minas Gerais e equipe técnica da ABC visitaram Bamako para avaliar os contornos do projeto de cooperação. O corpo de bombeiros da cidade de Bamako convive, todos os anos, com problemas decorrentes de enchentes do rio Níger. Os interlocutores brasileiros estão avaliando as informações colhidas na visita para elaborar o projeto.

f) *Pecuária*. O governo do Mali solicitou visita técnica de autoridades brasileiras para que possam ser identificadas, conjuntamente, as prioridades para o desenvolvimento de projeto que vise a fortalecer a pecuária no país. Boa parte da população malinesa, especialmente na zona central e no oeste do país, depende da pecuária extensiva tradicional.

Cooperação em defesa. Diante dos desafios de segurança que o Mali vem enfrentando desde 2011, a necessidade de reequipamento e treinamento de suas forças armadas abriu oportunidades para aprofundamento da cooperação em defesa, inclusive na área de comércio de produtos de defesa. Em 2016, a Embraer fechou contrato para venda de seis aeronaves A-29 Super Tucano para o Mali. Quatro dessas aeronaves já foram entregues às Forças Armadas do Mali. A força aérea malinesa estava sem caças de combate operacionais até a compra dos Super Tucanos, que estão sendo utilizados desde dezembro de 2019, com eficácia elogiada tanto por autoridades do Mali quanto por outros atores militares que operam no país. No dia 7 de abril de 2020, uma das quatro aeronaves colidiu durante aproximação para o pouso.

Na esteira do negócio fechado pela Embraer, outras empresas brasileiras têm mantido consultas com autoridades malinesas. Devido ao conflito interno no Mali, a aquisição de produtos de defesa tem caráter político-estratégico para o governo daquele país.

Cooperação Educacional. A cooperação educacional com o Mali está amparada em Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica. Até o momento, três estudantes malineses beneficiaram-se das vagas oferecidas pelo Brasil no âmbito do Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G).

Serviços Aéreos. Em 2013, autoridades aeronáuticas do Brasil e do Mali rubricaram Acordo de Serviços Aéreos (ASA). Na ocasião, foi igualmente assinado Memorando de Entendimento entre a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e sua correlata malinesa,

para regular as relações dos dois países nessa área enquanto o ASA não é efetivamente assinado. Ambos os documentos estabelecem livre determinação de capacidade, com qualquer tipo de aeronave, para voos bilaterais. Não há restrição de pontos de origem e de destino das frequências de voo. Há previsão de direitos de 5ª liberdade (direito de transportar passageiros e carga entre o território do outro estado contratante e o território de um terceiro estado, no âmbito de um serviço aéreo destinado ao ou proveniente do estado de nacionalidade da aeronave), a serem considerados pelas autoridades caso a caso.

Atuação em organismos internacionais. Em vista da intensificação da parceria bilateral, o Mali tem se tornado apoiador constante dos pleitos brasileiros em organismos internacionais. Nos últimos cinco anos, houve apoio malinês às candidaturas brasileiras ao Conselho de Direitos Humanos, ao Conselho da Organização da Aviação Civil Internacional, ao Tribunal Internacional do Direito do Mar, à Corte Internacional de Justiça e ao Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

RELAÇÕES ECONÔMICAS

Os setores agrícola e de infraestrutura do Mali apresentam grande potencial para a atração de investimentos brasileiros. Há também possibilidades de investimentos nas áreas de exploração mineral, desenvolvimento de recursos hídricos, gado e couros, processamento de bebidas e alimentos e energia (térmica, solar e hidrelétrica). Contudo, os conflitos no país podem causar preocupação. De todo modo, apesar dessas dificuldades, o Mali segue oferecendo oportunidades econômicas.

Comércio. Em 2016, a corrente de comércio bilateral alcançou seu recorde histórico, USD 48 milhões, dos quais aproximadamente USD 43 milhões referem-se aos Super Tucanos da Embraer adquiridos pelo governo do Mali. Em 2017, a corrente de comércio reduziu-se para USD 7 milhões, próxima à média histórica dos 10 anos anteriores. Em 2018, no entanto, passou para USD 11 milhões e, em 2019, para USD 16 milhões. O Mali passou da 205ª posição para a 143ª na relação dos principais destinos das exportações brasileiras, e da 52ª posição para a 24ª no contexto dos países africanos.

As exportações brasileiras, antes limitadas a alguns itens alimentares (açúcar, carnes, arroz, cacau e chocolate) e outros de baixo valor agregado (pneus e cartonagem), passou a incluir maquinário (agrícola e usado em mineração), veículos automotivos e equipamentos militares complementares para os aviões (que geram demanda regular por peças e sistemas de operação). Já as importações provenientes do Mali seguem em patamar baixo, mas têm potencial de crescimento uma vez que se consolidem canais logísticos e redes de interlocução comercial. A embaixada brasileira vem realizando trabalho de aproximação entre empresários dos dois países.

Em 2019, a empresa Marcopolo realizou a entrega de 12 ônibus de alto padrão equipados com motores Volvo para a empresa African Tours do Mali..

Empréstimos e financiamentos oficiais. Não há registro de créditos oficiais brasileiros a tomador soberano do Mali. Além disso, o Mali não possui dívida ativa (resultante do inadimplemento de compromissos financeiros) com o Brasil.

Cooperação em Energia. Autoridades malinesas sinalizaram interesse na experiência brasileira em energias renováveis. Atualmente, o Mali é um grande comprador de combustíveis fósseis, mas almeja modificar sua matriz em direção à energia limpa e

renovável. Como membro da União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), o país foi incluído no “Estudo de Viabilidade de Produção de Biocombustíveis na UEMOA”, realizado no âmbito do Memorando de Entendimento na área de biocombustíveis entre o Brasil e aquele bloco regional, assinado em 2007. O estudo, financiado com recursos do BNDES, visa a promover o setor agroenergético dos países do bloco, mitigando a dependência energética de combustíveis fósseis importados. Foram identificadas áreas propícias, no país, para o cultivo sustentável das principais matérias-primas utilizadas na produção de bioenergia: o oeste de Kayes, às margens do rio Senegal, e o centro de Segou, às margens do rio Níger. Em ambas as regiões, constatou-se potencial para a cultura de cana-de-açúcar irrigada.

ASSUNTOS CONSULARES

Segundo estimativa da Embaixada do Brasil em Bamako, haveria 35 brasileiros residentes no Mali. A comunidade brasileira no país é integrada essencialmente por missionários protestantes e católicos, que se concentram em Bamako e nas cidades de Mopti (centro do país), Kayes (oeste, perto da fronteira com Senegal) e Sikasso (sul, próxima ao Burkina Faso), bem como por funcionários das Nações Unidas. Durante a crise da COVID-19, não houve, até o momento, nenhuma repatriação promovida pelo governo brasileiro.

POLÍTICA INTERNA

O Mali é um país da África Ocidental sem saída para o mar e que conta com vasto território, de mais de 1.240.000 km², e população de aproximadamente 19 milhões. Compartilha fronteiras com a Argélia, ao norte; o Níger e o Burkina Faso, ao leste; a Côte d'Ivoire e a República da Guiné, ao sul; e o Senegal e a Mauritânia, ao oeste. Ex-colônia francesa, o país é marcado por grande diversidade geográfica e étnica. Majoritariamente plano, divide-se entre o norte, ocupado pelo deserto do Saara, o centro e centro-leste coberto pelo Sahel, e o sul, caracterizado pela savana, cortada por dois dos principais rios africanos: o Senegal e o Níger. Etnicamente, o norte caracteriza-se pela presença dos berberes tuaregues, o centro e o centro-oeste inclui também populações árabes, enquanto, na maior parte do país, encontram-se diversas etnias, como os bambaras (cujo idioma é o mais falado), os fulas ou fulanis (grupos nômades e pastoris), os dogons (grupo de agricultores sedentários), os malinquês e os soninquês, entre outros. A maioria da população é mulçumana sunita (quase 90%), mas no sul há grupo importante de cristãos (maioria católica, mas com crescente número de protestantes), além de adeptos de religiões animistas.

O Mali é uma república unitária semipresidencialista. Sua Assembleia Nacional é unicameral, composta de 147 deputados. O órgão máximo do judiciário é a Corte Suprema. O país ocupa a 184ª posição em lista com base no índice de desenvolvimento humano (IDH) das Nações Unidas. A expectativa de vida é de 58,9 anos e o índice de alfabetização é de 33,1% da população.

Antecedentes históricos. O território atual da República do Mali foi sede de três impérios africanos: o Império do Gana (300dC-1240dC), o Império do Mali (1230-1670) e o Império Songai (1464-1591). No apogeu, o Império do Mali ocupou área que ia da costa senegalesa ao norte do Benim, ocupando o alto e o médio rio Níger. Controlava as rotas de comércio terrestres no Sahel que conectavam o mediterrâneo ao golfo da Guiné e constituíram o caminho pelo qual se difundiu a fé islâmica na região. No período em que os portugueses estabeleceram seus primeiros entrepostos comerciais na costa africana, os monarcas do Império do Mali já se haviam convertido ao Islã. As cidades de Timbuctu e Gao, no leste do país, foram centros acadêmicos mulçumanos importantes no século XVI.

Em meados do século XIX, a França ocupou o Senegal e, a partir de Dacar, expandiu o controle militar sobre a África Ocidental, tanto em áreas costeiras (Guiné, Côte d'Ivoire, Benim), como no interior (Mauritânia, Mali, Burkina Faso, Níger). Em 1895, criou-se a “África Ocidental Francesa” para administrar as colônias na região, com capital em Dacar. O arranjo neocolonial durou até 1958 e incluía os seguintes países (denominações atuais): Senegal, Mauritânia, Mali, Guiné, Côte d'Ivoire, Burkina Faso, Níger, Benim e Togo.

O Mali tornou-se independente em 1960. O primeiro presidente malinês, Modibo Keita, alinhou o país ao bloco comunista no contexto da Guerra Fria. Em 1968, o tenente Moussa Traoré destituiu Keita e estabeleceu regime de partido único, que duraria até 1991. Nesse ano, o Presidente Traoré foi destituído como consequência de maciços protestos populares e um movimento militar que deu início a processo de abertura política, com a adoção de uma nova Constituição e a realização das primeiras eleições democráticas do país, em 1992. A partir de então, sucessão de governos eleitos para mandatos de cinco anos evoluiu sem quebras institucionais até 2012.

Guerra civil e eleição de Ibrahim Boubacar Keita. A invasão do Iraque em 2003, a guerra civil síria (iniciada em meados de 2011) e, principalmente, a derrubada do governo Gaddafi

(2011), na Líbia, alimentaram rede transnacional de movimentos armados radicais na região do Sahel. Tendo em vista as fronteiras porosas e as conexões religiosas, sociais e tribais existentes entre os povos nômades do Magreb e do Sahel, combatentes que vinham atuando na Líbia passaram, logo após a queda do Coronel Gaddafi, a operar na área que se estende do lago Chade à Mauritânia, passando pelo norte do Mali.

A mobilização de grupos armados no Mali intensificou-se a partir de 2012, na esteira do fluxo de mercenários e armas provenientes da Líbia. Na ocasião, o Movimento Nacional para a Libertação do Azauade (MNLA), que defendia a criação de estado independente no norte do Mali, realizou ataques contra forças governamentais, em colaboração com grupos armados islâmicos e militares rebelados. Em março de 2012, diante do avanço rebelde que chegou a ameaçar a capital, o Presidente Amadou Toumani Touré, eleito em 2002 e reeleito em 2007, foi destituído por militares descontentes com as dificuldades do governo para reagir.

Com apoio militar estrangeiro (tropas francesas e “peacekeepers”), as forças regulares malinesas retomaram controle sobre parte do território antes praticamente dominado pelos rebeldes e o governo organizou, em julho e agosto de 2013, eleições presidenciais para mandato de cinco anos, vencidas por Ibrahim Boubacar Keïta, que defendia postura firme contra a corrupção e a ameaça terrorista.

Presença de forças estrangeiras no país. Desde 2013, em apoio ao governo e às Forças Armadas do Mali, estão presentes no território malinês outras quatro forças militares: a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização no Mali (MINUSMA), com 15.500 integrantes; a Operação Serval e sua sucessora, a Barkhane, da França, atualmente com 4.500 efetivos em território malinês; a Missão de Treinamento da União Europeia no Mali (EUTM Mali), com 600 integrantes, cuja maioria é de nacionais espanhóis; e tropas do G5-Sahel (força conjunta de Mauritânia, Mali, Burkina Faso, Níger e Chade), com 500 militares no Mali. No fim de 2019 e no início de 2020, países da União Europeia anunciaram nova força-tarefa para atuar no Mali, denominada Takouba. Ainda não está claro qual será o efetivo dessa nova força.

Acordo de Argel (2015). O Acordo de Paz e Reconciliação no Mali, mais conhecido como Acordo de Argel, foi assinado em 2015 pelo governo malinês, pela Plataforma (coalizão de grupos armados que não contestam a unidade territorial malinesa) e pela Coordenação dos Movimentos do Azauade (CMA, coalizão de grupos armados que defendem a autodeterminação da região do Azauade). Estabeleceu quatro metas fundamentais: (i) reforma política e descentralização do estado; (ii) fortalecimento da presença do estado sobre regiões consideradas desassistidas no centro e norte do país; (iii) processo de desarmamento, desmobilização e reinserção de ex-combatentes; e (iv) adoção de um plano de desenvolvimento econômico integrador. Formalmente, o acordo teria encerrado a guerra civil, mas os conflitos e, sobretudo, as redes terroristas ligadas à Al Qaeda e, mais recentemente, ao Estado Islâmico, prosseguem em atividade no país.

Segundo governo Keïta. Em 2018, o Presidente Ibrahim Boubacar Keïta, do partido RPM (“Rassemblement pour le Mali”) derrotou Soumalya Cissé, da URD (“Union pour la République et la Démocratie”) no segundo turno. Depois de, inicialmente, contestar os resultados, Cissé adotou posição construtiva, sendo, inclusive, convidado pelo Presidente a compor forças em situações de emergência.

No início do segundo mandato do Presidente Keïta, uma série de ataques terroristas contra combatentes e população civil do Mali, uma greve nacional de professores e, sobretudo, os conflitos étnicos despertaram onda de protestos de rua. A Assembleia do Mali

aprovou moção de censura ao Primeiro-Ministro Soumeylou Maiga em março de 2019. O Presidente, então, substituiu-o por Boubou Cissé.

Com relação aos conflitos étnicos, as tensões nesse sentido aumentaram após o início da guerra civil. Em março de 2019, as disputas entre dogons (agricultores sedentários) e fulas ou fulanis (pastores nômades ou seminômades) resultaram em conflitos com mais de uma centena de mortos. Em agosto, o governo alcançou acordo parcial de cessação de hostilidades entre grupos armados no interior do país que envolveu representantes dos dois grupos étnicos. As tensões interétnicas, no entanto, seguem ativas, como demonstrou ataque em que morreram pelo menos 21 pessoas da etnia fula no centro do Mali, em fevereiro de 2020.

Os ataques terroristas também se intensificaram em 2019. O Acordo de Argel marcou o fim do conflito com Movimento Nacional para a Libertação do Azauade (MNLA), mas os grupos radicais islâmicos que se somaram ao conflito no Mali continuaram atuando. É provável que grupos associados à Al Qaeda, como a Al Qaeda no Magrebe Islâmico, o Movimento pela Unidade e Jihad no Oeste da África (MUJAO), o Grupo de Apoio ao Islã e Muçulmanos (GSIM), o Ansar Dine o Katiba Macina, ajam coordenados. O grupo Estado Islâmico do Grande Saara (EIGA), associado ao autodenominado Estado Islâmico do Iraque e do Levante (ISIS), surgiu em 2015, e é provável que dispute influência com os demais.

No centro e do norte do Mali, houve aumento das mortes entre civis e, principalmente, das forças militares governamentais em ataques terroristas. A MINUSMA e as tropas francesas também sofreram ataques de forte repercussão midiática e em número maior. As forças militares regulares e seus aliados procuraram lançar contraofensivas. Além de reocupar bases abandonadas em 2014 na região de Kidal, perto da fronteira com o Níger e a Argélia, realizaram, em janeiro e fevereiro de 2020, operações em que foram mortos líderes importantes dos grupos terroristas.

Paralelamente à contraofensiva, o Presidente Keïta anunciou, à margem da Cúpula da União Africana em Adis Abeba, em fevereiro de 2020, estar disposto a dialogar com grupos e líderes terroristas. Lembrou que a Argélia e o Afeganistão fizeram o mesmo no passado e afirmou que, embora o governo não deva ser ingênuo, tampouco deve ser inflexível aos anseios de paz.

Eleições de 2020. Realizaram-se no Mali, em abril de 2020, eleições legislativas que vinham sendo adiadas desde 2018, sob a justificativa da falta de condições de segurança para a organização da votação nas regiões central e norte do país. As eleições foram bem sucedidas, apesar de constrangimentos isolados e da pandemia de COVID-19, que àquela altura já se manifestara no Mali. Devido às complexas coalizões regionais dos partidos locais, ainda não há clareza sobre o total de assentos com os quais o governo poderá contar, mas calcula-se que tenha obtido a maioria das 147 cadeiras da Assembleia Nacional. No entanto, deve haver queda do número de assentos com relação à eleição anterior. A oposição ganhou espaço, mas, poucos dias antes da votação, o líder oposicionista Soumalya Cissé foi sequestrado durante viagem que realizava de Timbuctu a Bamako e ainda não se conhece seu paradeiro. Também no fim de março e no início de abril de 2020, foram efetuadas prisões de pessoas supostamente envolvidas em tentativa de golpe – sobre a qual ainda há pouca clareza.

POLÍTICA EXTERNA

Logo após a independência (1960), o Mali adotou uma política externa de alinhamento com o bloco socialista, retirando-se da zona econômica do franco francês e aproximando-se da União Soviética, que chegou a ser o seu maior credor externo. O país participou da Organização da Unidade Africana (sucederida pela União Africana) desde a criação daquele organismo.

A partir de 1984, com a adesão do Mali à União Monetária da África Ocidental (UMOA, que deu origem à União Econômica e Monetária da África Ocidental, UEMOA, em 1994), iniciou-se reaproximação econômica e política com a ex-metrópole, a França. Desde então, o Mali adota o franco CFA ocidental, moeda única dos países da UEMOA, cuja conversibilidade com relação ao euro é garantida pela França mediante depósito de grande parte das reservas do banco central regional no banco central francês. O movimento em direção às potências ocidentais foi acelerado após a queda da URSS.

Atualmente, a inserção internacional do Mali é condicionada por sua crise securitária, que drena boa parte dos recursos e capacidades do governo central. O conflito interno, com causas e repercussões regionais, acaba condicionando os relacionamentos bilaterais, regionais e multilaterais do Mali.

Nos últimos anos, o Mali ganhou maior importância estratégica para outros países – em especial Estados Unidos, Alemanha, Espanha, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e países do entorno regional – em razão da proliferação do terrorismo em seu território. Os grupos terroristas que atuam no Mali têm usado o país como base para se disseminar ou reforçar sua presença em países vizinhos, como o Burkina Faso e o Níger.

ONU e MINUSMA. A Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização do Mali (MINUSMA) foi criada em abril de 2013 pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) para apoiar o processo político de estabilização do país. Sucedeu a Missão de Suporte Internacional liderada por países africanos no Mali (AFISMA), estabelecida pela Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). A MINUSMA é a missão da ONU com a maior letalidade anual de capacetes azuis. Conta com efetivo de 15.500 integrantes e está focada na área central do país.

O Presidente Ibrahim Keïta esteve presente na 74ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 2019, em Nova York, e dedicou grande parte de suas intervenções aos avanços no processo de paz. De maneira especial, ressaltou a ausência de conflitos entre as partes que assinaram o Acordo de Argel em 2015, como a Coordenação do Movimento Azauade, separatista, do norte do país, e a Plataforma, conjunto de grupos armados que defende a unidade do território do Mali.

França e Operação Barkhane. Os investimentos, a ajuda ao desenvolvimento e a presença militar da França têm sido de grande importância para o governo malinês. Além de consumir bens e serviços produzidos na França, o Sahel é responsável por 35% das importações francesas de urânio, recurso essencial para a matriz energética daquele país europeu, altamente dependente da energia nuclear. A França é o quarto maior exportador para o Mali.

A Operação Barkhane foi lançada em 2014, em substituição à operação Serval (iniciada em 2013), a fim de combater o terrorismo na região do Sahel (Mauritânia, Mali, Burkina Faso, Níger e Chade). O quartel-general da operação localiza-se em N'Djamena, Chade, mas a maior parte de seu contingente está no Mali. Em vista do aumento dos ataques

em 2019, o efetivo foi reforçado no segundo semestre, chegando a 4.500 militares franceses desdobrados no território malinês.

União Europeia e EUTM-MALI. Com 600 efetivos no Mali, a Missão de Treinamento da União Europeia no Mali (EUTM) tem o propósito de apoiar a formação e a organização das forças armadas malinesas. Segundo dados da EUTM, nesses sete anos, 15 mil soldados das Forças Armadas do Mali foram formados ou treinados pela missão europeia. A EUTM também desempenha papel de assessoramento e aconselhamento sobre o fortalecimento das instituições militares e de segurança pública, no que diz respeito à sua gestão. A maior parte do efetivo é de nacionalidade espanhola (três batalhões com 270 soldados), mas há contingentes importantes da Alemanha, dos Países Baixos e de outros países europeus.

Com a crise da COVID-19, a EUTM decidiu repatriar seus integrantes. A repatriação seria temporária, decorrente dos riscos da pandemia, e não implicaria mudança ou retratação de compromisso com os objetivos de estabilização do Mali.

No fim de 2019, países da União Europeia anunciaram nova força-tarefa para atuar no Mali, denominada Takouba. A força-tarefa foi formalmente lançada em 2020, mas ainda não está claro qual será seu efetivo.

G5 Sahel, CEDEAO e UA. Em 2014, Mauritânia, Mali, Burkina Faso, Níger e Chade formaram o G5 Sahel, esforço de coordenação regional para a cooperação em desenvolvimento e segurança. Em 2017, estabeleceu-se a Força Conjunta G5 Sahel, com efetivo de 5 mil militares e sete batalhões (Mali e Níger contribuem com dois batalhões cada, e os demais, com um). Atualmente, 500 soldados da G5 Sahel encontram-se no Mali. O G5 Sahel recebeu contribuições financeiras e logísticas de União Europeia, Estados Unidos, China e Rússia.

Diante do persistente problema de segurança na região de fronteira entre Mali, Burkina Faso e Níger, realizou-se Cúpula Extraordinária do G5 Sahel, em setembro de 2019, e Cúpula Extraordinária da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), em novembro do mesmo ano. Um dos consensos foi o apelo a parceiros internacionais para apoiar financeiramente os esforços regionais de reação contra o terrorismo. Alguns países costeiros, como Senegal e Côte d'Ivoire, manifestaram preocupação com a possibilidade de transbordamento da crise para a costa, sugerindo soluções que incluíssem todos os países da região. Recorde-se que, em janeiro de 2013, a CEDEAO enviou forças ao Mali para atuar no conflito local. Em julho do mesmo ano, a missão militar da Comunidade foi substituída pela MINUSMA.

Em fevereiro de 2020, a União Africana anunciou que planeja enviar missão militar com três mil soldados às áreas conflagradas do Sahel, a fim de reagir aos avanços terroristas na região.

Estados Unidos. Os Estados Unidos têm prestado apoio financeiro e logístico ao Exército malinês e a tropas africanas que compõem a MINUSMA. Recentemente, têm indicado considerar importante a reavaliação dos êxitos daquela missão. O governo do Mali considera o apoio norte-americano fundamental para o combate ao terrorismo no Sahel.

China. Mali e China mantém relações próximas desde a década de 1970. Em 2017, a China foi o segundo principal país de origem das importações do Mali, com tendência de crescimento do volume importado. Além disso, registra-se presença crescente de empresas chinesas no Mali. A disposição da China de investir em grandes projetos de infraestrutura é vista como alternativa às opções francesa, saudita e norte-americana.

Rússia. Realizou-se, em outubro de 2019, em Sochi, a I Cúpula Rússia-África. A repercussão foi grande no Mali. A antiga URSS foi o grande aliado do Mali em seu processo pós-colonial de desenvolvimento. As Forças Armadas malinesas foram, à época, totalmente equipadas por Moscou, e a liderança acadêmica, intelectual e política do país foi, durante um bom tempo, majoritariamente formada na URSS (ao passo que a liderança econômica e empresarial tem sido, em grande medida, educada na França).

Embora a influência da Rússia tenha diminuído após o fim da URSS, a presença russa no Mali nunca deixou de ser notável. A Rússia mantém uma das maiores missões diplomáticas estrangeiras em Bamako. Além de exportar equipamentos bélicos, contribui com inteligência militar na luta contra o terrorismo. O governo Keita vê na Rússia possível aliado no apoio à força militar do G5 Sahel.

Países do Golfo. O Conselho de Ministros do governo Ibrahim Keita anunciou, em fevereiro de 2020, a assinatura de convênio de financiamento internacional com o Fundo Abu Dhabi para o Desenvolvimento para a construção de moradias populares, conforme a Estratégia Nacional de Habitação Decente. Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos são países atuantes no Mali, com projetos de financiamento do esforço militar e de desenvolvimento. O Qatar também atua no país, como fonte de financiamento para projetos, e abriu Embaixada em Bamako em 2017.

Combate a ilícitos transnacionais. Nos últimos anos, a África Ocidental e o Sahel tornaram-se pontos de passagem para o tráfico de drogas entre a América do Sul e a Europa. Segundo o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), na região do Sahel, haveria vínculos entre o tráfico de drogas e grupos terroristas, uma vez que recursos provenientes do tráfico seriam frequentemente usados para financiar atividades terroristas. A esse respeito, o Relatório Mundial sobre Drogas 2017 afirma que a Al-Qaeda do Magrebe Islâmico estaria envolvida no tráfico de cannabis e cocaína no Sahel ou ao menos proveria proteção a traficantes na região. O Mali vem-se empenhando no combate a ilícitos transnacionais em seu território, inclusive como parte da luta contra o terrorismo.

ECONOMIA

O Mali registrou, em 2019, PIB nominal estimado de USD 17,65 bilhões e PIB per capita nominal de USD 924,18. As duas principais atividades econômicas do país são a exploração de ouro e a agricultura, tendo o ouro e o algodão representado, juntos, mais de 70% das exportações malinesas em 2019. A economia local depende enormemente das flutuações dos preços internacionais desses dois produtos – e das doações internacionais, que também representam importante fonte de recursos para o país. A insegurança prevalece em boa parte do território malinês desde 2012 e constitui obstáculo adicional ao desenvolvimento econômico.

A crise interna iniciada pelos acontecimentos de 2012 afetou negativamente a economia do Mali, mas seus efeitos macroeconômicos foram temporalmente limitados. Houve retração econômica e aumento da inflação naquele ano. Logo em seguida, no entanto, observou-se retomada do crescimento e maior controle inflacionário. Nos últimos anos, a economia tem crescido a taxas consideráveis, superiores a 5% ao ano. Em 2019, a inflação manteve-se baixa e o déficit público foi de cerca de 3% do PIB. A dívida pública é de aproximadamente 35% do PIB, com 60% vencendo nos próximos dois anos.

Setores econômicos. A agricultura representa, em seu conjunto, cerca de 40% do PIB e emprega 80% da população economicamente ativa do país. A produção agrícola desenvolve-se, sobretudo, na região sul do país, que concentra as terras férteis e as chuvas. Há, também, produção de arroz na zona central, em ponto no qual o rio Níger permite áreas de plantação próximas ao seu leito. Os principais produtos agrícolas do Mali são o arroz e o algodão, este voltado para a exportação.

O setor industrial do Mali responde por cerca de 20 % do PIB e consiste basicamente de pequenas empresas dedicadas ao processamento de algodão e à confecção de têxteis. Cerca de 70% da atividade industrial está concentrada na capital. O setor de serviços, por sua vez, representa 40% do PIB e é dominado pelas atividades comerciais.

Comércio exterior. Desde 2010, a corrente de comércio do Mali com o mundo tem girado em torno dos US\$ 6 bilhões, apresentando tendência deficitária, em vista da natureza das pautas exportadora e importadora. Os principais produtos exportados pelo Mali em 2017 foram ouro e pedras preciosas (65% do total exportado); algodão (10%); e animais vivos (8%). Os principais destinos das exportações malinesas são países como África do Sul, Suíça, Índia, Burkina Faso e Bangladesh, refletindo, em grande medida, o mercado global de ouro.

Também em 2017, a pauta de importações foi composta principalmente por derivados de petróleo (18%); medicamentos (4,5%) e cimento (4%). As importações são provenientes, principalmente, de Senegal, China, Côte d'Ivoire e França. Cabe notar que parte das exportações senegalesas e marfinenses são, na realidade, reexportações.

Energia. Informações disponíveis indicam que a oferta primária total de energia é basicamente composta por biomassa tradicional (80%), derivados de petróleo (20%), além de pequena parcela de hidroeletricidade. Taxas de acesso à eletricidade são baixas, sobretudo na zona rural. A porcentagem da população urbana com acesso a energia elétrica era de 55% em 2015. Para a população rural, o índice seria de apenas 15%, de acordo com dados do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).

O desenvolvimento do setor energético é prioridade governamental, com vistas a impulsionar o desenvolvimento econômico. O Mali apresenta grande potencial de energia

renovável, atualmente pouco explorado. A tecnologia da energia solar é particularmente promissora, devido a níveis excepcionais de luz solar, principalmente no norte, embora ainda pouco difundida no país. A região sul, por sua vez, apresenta elevado potencial em matéria de biocombustíveis. O potencial hidrelétrico é explorado apenas parcialmente, existindo espaço para instalação de projetos hidrelétricos de pequeno porte. A exploração da energia eólica, por fim, encontra-se em estágio embrionário.

Recursos Minerais. A economia do Mali assenta-se, em boa medida, na exportação de ouro. Em 2014, a receita obtida com a indústria aurífera correspondeu a cerca de 10,2% da arrecadação federal. Em 2017, as exportações de ouro equivaleram a 62% do valor total das exportações. A exploração mineral no Mali é operada por empresas privadas. O governo detém participação minoritária em todos os empreendimentos de mineração aurífera. As principais mineradoras internacionais presentes no Mali são australianas, britânicas, canadenses e sul-africanas. O ministério de Minas do Mali destaca, além da produção de ouro, as estimativas de reservas de outros recursos minerais, em particular o manganês e o minério de ferro. Também há importantes reservas de bauxita, urânio, fosfato, zinco e outros minerais.

Zona de Livre Comércio Continental Africana (ZLCCA). O acordo que cria a Zona de Livre Comércio Continental Africana (ZLCCA) entrou em vigor em 30 de maio de 2019, após o depósito do 22º instrumento de ratificação. Até o momento, 54 países africanos assinaram o instrumento (a única exceção é a Eritreia) e 24 deles o ratificaram. Caso implementada de maneira exitosa, a ZLCCA criará um mercado único com cerca de 1,2 bilhão de consumidores e PIB total estimado em mais de USD 3 trilhões – mas as modalidades para a liberalização do comércio ainda estão em negociação. A princípio, a ZLCCA abre perspectivas favoráveis para o Mali, considerando-se que alguns de seus principais parceiros comerciais são africanos. É possível que o Mali obtenha insumos mais baratos para a produção, em especial implementos agrícolas para a produção de algodão e máquinas para a produção mineral. Ao mesmo tempo, a incipiente indústria de algodão poderia sofrer com a competição de países com maior escala, como é o caso do Egito e da África do Sul.

Moeda comum “eco”. Durante a 55ª Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade Econômica da África Ocidental (CEDEAO), em 29 de junho de 2019, em Abuja, Nigéria, os líderes dos 15 países que integram a organização reafirmaram o objetivo de lançar uma moeda única em 2020 com as seguintes características: regime cambial flexível, política monetária centrada no controle inflacionário, sistema federal para o Banco Central Comunitário, e a adoção do nome “eco” para a moeda. Caso seja implementado de maneira exitosa, o eco substituirá o franco CFA ocidental (utilizado pelos oito países que integram a UEMOA, incluindo o Mali) e outras sete moedas nacionais. Há posições distintas sobre como avançar em direção ao eco. Alguns países defendem a manutenção do regime cambial fixo, outros defendem o câmbio variável. Há a hipótese de início do projeto por meio da UEMOA, com inclusão dos demais países apenas posteriormente. Em qualquer caso, as reservas dos países da UEMOA deixariam de ser majoritariamente depositadas na França.

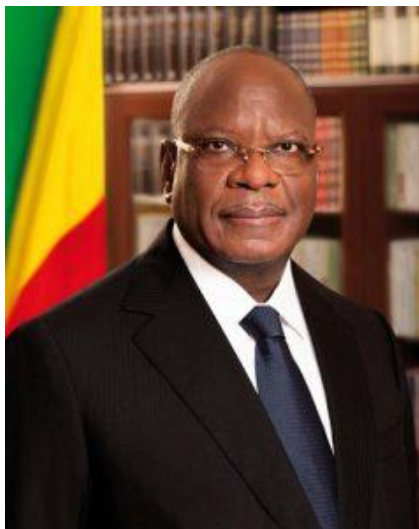
Impactos econômicos da crise sanitária da COVID-19. Uma série de medidas foi adotada pelo governo malinês para conter a pandemia em março de 2020: suspensão de aulas, fechamento do aeroporto, toque de recolher entre 21h e 5h, restrição a aglomerações, recomendação de teletrabalho e medidas de distanciamento social. Não houve, ainda, mensuração dos impactos da crise sanitária internacional na economia malinesa. As projeções

apontam para queda no crescimento do PIB, dependendo da recessão global e do impacto da doença na população local. As dificuldades desse cenário podem ser parcialmente compensadas pelo choque no preço do petróleo, que, conforme avaliação do Banco Mundial, beneficia a balança comercial do Mali (importador de derivados). Prevê-se, ainda, manutenção da tendência de alta no preço do ouro (item mais importante da pauta exportadora malinesa) apesar da pandemia. Deve haver impacto negativo no volume de vendas e nos preços do algodão e outros bens agropecuários exportados pelo país.

Nesse contexto de incerteza, o FMI concedeu, em 30 de abril de 2020, empréstimo de USD 200 milhões ao Mali. A França vem defendendo que haja moratória das dívidas de países da África Subsaariana.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Presidente Ibrahim Boubacar Keita



Nasceu em 29 de janeiro de 1945 na cidade Koutiala, região de Sissoko, no sul do Mali. Estudou na Universidade de Dacar e na Universidade Paris I, onde cursou história, ciências políticas e relações internacionais. Foi consultor do Fundo de Desenvolvimento Europeu em meados da década de 1980, quando retornou ao Mali, tendo também dirigido ONG francesa de proteção de direitos das crianças. Foi um dos fundadores do partido ADEMA (Aliança para a Democracia no Mali). Foi porta-voz da presidência do Mali em 1992. Serviu como Embaixador acreditado em Abidjã, Libreville, Uagadugu e Niamei. Em 1993, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros. Entre 1994 e 2000, foi Primeiro Ministro. No ano 2000 fundou o partido “*Rassemblement pour le Mali*” (RPM). Foi eleito Presidente em 2013 e reeleito em 2018.

Ministro dos Negócios Estrangeiros, Tiébilé Dramé



Nascido em 9 de junho de 1955, na cidade de Nioro do Sahel, na divisa com a Mauritânia, cursou seus estudos básicos em Bamako e se formou em história africana na Universidade de Paris I. Foi líder estudantil na década de 1970, tendo trabalhado na Anistia Internacional na década de 1980. Foi Ministro dos Negócios Estrangeiros de 1991 a 1992. Em 1996 e 1997, foi Ministro das Terras Áridas e Semi-Áridas. Foi parlamentar entre 1997 e 2002 e candidato à Presidência em 2002 e 2007. Foi consultor de algumas agências da ONU e também atuou como jornalista. Em maio de 2019, assumiu pela segunda vez o Ministério de Negócios Estrangeiros.

MAPA



DADOS BÁSICOS

Nome oficial:	República do Mali
Gentílico:	Malinês, maliano
Capital:	Bamako
Área:	1.240.192 km²
População (FMI, 2019):	19,095 milhões de habitantes
Língua oficial:	Francês (oficial), bambara, berbere, árabe e outras línguas nativas.
Principais religiões:	Islamismo (87,14%), crenças tradicionais animistas (9,5%), Cristianismo (3,24%) e outras (0,12%).
Sistema de Governo:	República semipresidencialista
Poder Legislativo:	Parlamento unicameral, formado por 147 membros eleitos diretamente por maioria absoluta para mandato de cinco anos.
Chefe de Estado:	Presidente Ibrahim Boubakar Keïta
Chefe de Governo:	Primeiro-Ministro Boubou Cissé
Chanceler:	Tiébilé Dramé
PIB (FMI, est. 2019):	USD 17,65 bilhões
PIB PPC (FMI, est. 2019):	USD 47,18 bilhões
PIB per capita (FMI, est. 2019):	USD 924,18
PIB PPC per capita (FMI, est. 2019):	USD 2,47 mil
Variação do PIB (FMI):	1,5% (est. 2020); 5% (est. 2019); 5,1% (2018); 5,3% (2017), 5,79% (2016), 5,96% (2015), 7,04% (2014)
IDH (PNUD, 2019):	0,427 (184º)
IHDI (PNUD, 2019):	0,294
Expectativa de vida (PNUD, 2019):	58,9 anos
Índice de Alfabetização (BAD, 2018):	33,1%
Índice de desemprego (BM, 2019):	9,8%
Unidade Monetária:	Franco CFA da África Ocidental (XOF)
Embaixador do Mali:	Mamadou Macki Traoré
Embaixador em Bamako:	Rafael de Mello Vidal
Comunidade brasileira estimada:	35 (estimativa)

INTERCÂMBIO COMERCIAL (USD mil, FOB) – Fonte: MDIC/SECEX

Brasil – Mali	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 (jan-abr)
Intercâmbio	5.484	11.564	8.042	48.163	7.090	11.552	16.497	1.532
Exportações	4.828	5.795	7.978	48.144	7.084	11.541	16.439	1.523
Importações	656	5.769	64	19	6	11	58	9
Saldo	4.172	26	7.914	48.125	7.078	11.530	16.381	1.513